

A cidade e reconfigurações dos vínculos sociais em tempos metamórficos

The city and reconfigurations of social links in metamorphic times

ADRIANA LIMA DE OLIVEIRA

PPGCOM-ESPM-SP

Doutora e Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo na ESPM, São Paulo, com período sanduíche no CIC-Digital, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

GISELA GRANGEIRO DA SILVA CASTRO

PPGCOM - ESPM - SP

Docente do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM, São Paulo. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado no Goldsmiths College, Londres.

RESUMO

Este artigo aborda o espaço urbano contemporâneo sob dois aspectos: o primeiro é previsível e trata das questões da comunicação tecnológica inserida em uma economia imaterial financeira globalizada. O segundo é imprevisível e está relacionado à emergência de um contexto de crises – sanitária, ambiental, econômica e política. Nosso objetivo é contribuir para desvelar as camadas de sentido presentes nos fluxos comunicacionais que incorporam uma nova percepção do espaço urbano no cenário metamórfico, transfigurando as formas de ocupar o mundo e construir relações. Neste sentido, o tempo se impõe como elemento-chave na conquista de um modo de vida que leva em consideração a relação com o entorno e a comunidade. Importante destacar que o fato de estarmos conectados em rede não garante que estejamos nos comunicando, nem estreitando nossos vínculos sociais.

Palavras-chave: cidade; comunicação; metamorfose.

ABSTRACT

This article addresses the contemporary urban space in two aspects: the first is predictable and deals with the issues of technological communication inserted in an immaterial globalized financial economy. The second is unpredictable and is related to context of crisis – health, environmental, economic, and political. Our goal is to contribute to unveiling layers of meaning present in communication flows that incorporate a new perception of urban space in the metamorphic scenario. In this regard, time presents itself as a key element in the conquest of a way of life that respects the relationship with the surrounding environment and the community. It is important to consider this: the fact that we are connected in networks does not guarantee that we are communicating, nor strengthening our social bonds.

Keywords: cities; communication; metamorphosis.

INTRODUÇÃO

Conforme amplamente difundido por Edward Glaeser (2016), o *triunfo da cidade* está em sua densidade populacional concentrada no espaço urbano, promovendo encontros criativos e soluções para a superação dos problemas. Afinal, conforme argumenta o autor, o triunfo da cidade não estaria em sua estrutura mas nas pessoas que para ali convergem e se congregam. Entretanto, com o distanciamento físico imposto pela crise sanitária do novo coronavírus em 2020, a questão da densidade populacional apresenta-se também como um problema. Neste sentido, dois aspectos são hoje determinantes para pensar a cidade contemporânea e suas mutações: o primeiro é previsível e aborda questões da comunicação tecnológica inserida em uma economia imaterial financeira e globalizada. O segundo aspecto é imprevisível e se encontra hoje totalmente incorporado às dinâmicas das grandes metrópoles: a emergência de um contexto pós-pandêmico em que se perpetuam diferentes tipos de crise - sanitária, ambiental, econômica e política.

A proximidade entre as pessoas nas grandes metrópoles, portanto, de um lado facilita a troca de ideias, mercadorias e capital e, por outro, pode dar origem a congestionamentos, doenças, criminalidade e outras mazelas sociais e ambientais. Em um cenário em que o novo coronavírus forçou medidas de quarentena e antecipou comportamentos e interações que acontecem exclusivamente no campo da virtualidade; e, ademais, evidenciou os riscos globais que impõem desafios que colocam em causa tanto a sobrevivência humana quanto a do próprio planeta, como podemos pensar o futuro da cidade? Ao nos debruçarmos sobre a possibilidade do encontro entre grupos e pessoas como força motriz para o triunfo da cidade, a pergunta que emerge é: que tipo de planejamento é possível fazer em nível individual e coletivo sob condições de interdependência planetária? Em outras palavras, a problemática deste trabalho aborda a reconfiguração dos vínculos sociais a partir das interações comunicacionais no território urbano que converge/diverge entre demandas globais e as políticas locais.

Tomamos a cidade contemporânea como representação de um real mediatizado em que, liberto das restrições temporais e espaciais, o indivíduo é afetado pela simultaneidade, pela instantaneidade e pela globalidade. Neste contexto o tempo se torna fator decisivo para pensar os modos de se apropriar do espaço urbano considerado para além do espaço da produção, e sim, como espaço político. Nesta discussão, objetivamos contribuir para desvelar camadas de sentido presentes nos fluxos comunicacionais que incorporam uma nova percepção do espaço urbano em um cenário pós-pandêmico. Para tanto, incorporamos as narrativas globais inscritas nas agendas da Organização das Nações Unidas - HABITAT III, ODS 2030 e COP27 - aos discursos locais acerca do enfrentamento das crises sanitária, ambiental, econômica e política em diferentes escalas.

De forma complementar, visamos ainda refletir criticamente sobre os consequentes vínculos sociais presentes em uma condição cosmopolita em que o conceito de metamorfose é concebido como um processo de surgimento de “novas composições”. Conforme argumenta Beck (2018), o conceito de metamorfose não encontra respaldo como sinônimo de “mudança” e nem de “revolução”. O primeiro reflete uma condição que não necessariamente acontece para todos da mesma forma; e o segundo conforma uma situação que não necessariamente é feita por/para todos. A metamorfose, ao contrário, revela-se gradualmente na política, na ciência e na vida cotidiana e, por isso mesmo, subverte tanto a ordem nacional quanto a ordem mundial.

Nesse esforço reflexivo, buscamos entender a cidade e o espaço urbano como meio comunicativo global, ou seja, como espaço privilegiado para pensar as transformações da sociedade como um todo. A ideia de metamorfose nos serve como conceito-chave para analisar um modo de vida que leve em consideração a relação com o entorno e a comunidade.

Sendo assim, este artigo está dividido em três partes complementares: a primeira trata de entender a cidade enquanto espaço comunicativo e, neste sentido, estabelecer os parâmetros que integram os ideais de cidade. Nestes termos, a Nova Agenda Urbana (NAU) adotada em 2016 pelos países que compõe a ONU-Habitat nos ajuda a pensar nas orientações para atores em múltiplos níveis de governo, organizações da sociedade civil e setor privado, repesando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades.

Na sequência, tratamos do conceito de comunicação como vinculação, ou seja, diferenciamos comunicação de informação. Destacamos o papel da comunicação no processo de produção e consumo do território e, nesse esforço, nos voltamos para a Agenda 2030, especialmente para o ODS-11, que apresenta como missão tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Objetivamos desenvolver uma análise crítica sobre o impacto das crises sanitárias, ambientais, econômicas e políticas no território urbano.

Na terceira parte do artigo, o foco recai sobre o conceito de metamorfose aplicado ao espaço urbano em perspectiva com a narrativa da COP27 e os impactos da crise ambiental em todo o planeta. Retomamos a ideia de experiência qualitativa do tempo para repensar a qualidade de vida na cidade.

Pensar a cidade implica dar significado aos eventos globais e às políticas locais que se desenrolam por meio de intrincados mecanismos de interação midiática que congregam tecnologia e mercado. Neste cenário, o triunfo da cidade abarca não somente o potencial criativo das pessoas, mas também os avanços tecnológicos em prol de uma economia financeirizada, as mudanças ambientais imponderáveis, e, é claro, as demandas e divergências políticas em escala global.

A CIDADE COMO MEIO E COMO MÍDIA

Os elementos que nos permitem estudar a cidade como meio e como mídia são constituídos de um lado, pela construção urbana e seus significados, de outro lado, os símbolos que a leitura dessa imagem da cidade nos permite vislumbrar (FERRARA, 2008). A cidade, portanto, se constrói arquitetonicamente como meio comunicativo por intermédio de imagens midiáticas que ensejam formas de sociabilidade em constante transformação. Esse complexo sistema comunicativo confronta os suportes materiais que constroem a cidade, as imagens contaminadas pelos estereótipos que consagram a ideia e o ideal de cidade e pelo imponderável dos processos interativos da vida cotidiana na cidade, que alicerça valores e comportamentos.

Pensar sobre tais transformações requer retomarmos o sentido de vida pública em seu universo sociopolítico. *A res pública*, expressão latina para coisa pública, que remonta fundamentos políticos, jurídicos e filosóficos do mundo ocidental edificados na tradição grego-romana, representa, em geral, “aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou associações íntimas” (SENNETT, 2014, p. 16). Neste cenário, a densidade urbana, fiadora do triunfo da cidade, apresenta o seu paradoxo: a filiação como elo de ligação entre elementos de um mesmo espaço comum dá lugar ao reconhecimento do outro como o estranho, o estrangeiro ou, ainda, o concorrente potencial. Desse modo, esvazia-se o espaço urbano de seu sentido vincutivo, que incorpora mecanismos inconscientes, palavras, imagens e afecções corporais, e projeta-se uma comunidade idealizada, fundada a partir dos princípios econômicos, próprios da produção capitalista contemporânea. Como decorência, podemos observar a construção de projetos arquitetônicos inscritos no sistema produtivo globalizado em que as culturas aparecem cada vez mais desterritorializadas, projetam imagens e conformam estilos de vida.

O sistema produtivo globalizado está organizado a partir de uma agenda urbana global (ONU-Habitat III, 2016), em que estão inscritos os princípios e objetivos de repensar a maneira como as cidades e os aglomerados humanos são planejados, desenvolvidos, governados e administrados. Conforme orientações desta agenda, isso implica na adoção de novas tecnologias para diminuir o impacto sobre o meio ambiente, impulsionar o crescimento econômico sustentável e aprimorar a resiliência nas áreas urbanas.

Embora não seja um acordo legalmente vinculante, a Nova Agenda Urbana (NAU) da ONU-Habitat III (2016) oferece orientações para os atores envolvidos no desenvolvimento urbano construírem seus planos de ação. No caso brasileiro, o documento é referência, por exemplo, para a confecção da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (2021), uma iniciativa da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana da Secretaria Nacional de Mobilidade

e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) onde estão expressos o conceito de “cidade inteligente” para o Brasil e uma agenda para a transformação digital das cidades brasileiras na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Escrito de forma colaborativa entre agências estrangeiras e órgãos institucionais locais, o documento mencionado acima aponta para formas comunicativas em rede que interpelam os sujeitos em constante interação com o ambiente e seus artefatos técnicos e tecnológicos. “Da cidade cosmopolita à virtual, o eixo de contaminação, comparação e transformação está nas características de um espaço público que vai da praça à infovia” (FERRARA, 2013, p. 37).

Ao refletir sobre a possibilidade de uma nova arquitetura social com base no conceito de mudança do modo de produção, Ladislau Dowbor (2020) trata do deslocamento do capitalismo contemporâneo em direção ao que denomina como “capitalismo informacional”. Neste deslocamento, temos a tecnologia como principal fator de produção. Diferentemente das máquinas e do trabalho físico, este tipo de produção é imaterial. “A máquina continua importante, sem dúvida, mas o eixo estruturante é o conhecimento incorporado” (DOWBOR, 2020, p. 29). Nesta era da conectividade total e global, o capitalismo se desloca do capital.

A compreensão desses novos arranjos produtivos exige entendermos que o poder não se localiza mais na propriedade dos meios de produção, mas no controle dos sistemas de informação e comunicação. Não é de se espantar que as filiações sindicais e a socialização dos meios de produção tenham deixado de ser protagonistas nas lutas laborais em nossos dias. Embora não tenha condições de substituir nem a agricultura e nem a indústria, a era digital passa a submetê-las a uma lógica imaterial inédita. Conforme especula o estudioso acima citado, com base no conhecimento esse novo sistema capitalista informacional poderá tanto suscitar um mundo mais democrático, igualitário e capaz de rever as relações entre humanidade e natureza, quanto o seu oposto. Antes construída na fábrica e seus espaços coletivos, a produtividade hoje dá lugar aos ambientes virtuais remotos dos espaços privados. Não somente o trabalho, mas atividades de educação e lazer disputam os espaços da casa e a corrida por conexão.

A esta nova forma de vida, que conjuga as promessas prometeicas das tecnologias e a voracidade do mercado, Muniz Sodré (2014) dá o nome de *bios midiático*. Neste cenário em que capitalismo financeiro e mídia constituem um par indissolúvel no mundo globalizado, a cidade desponta como *locus* privilegiado para transformações de toda ordem. Dowbor (2017) menciona pelo menos três instâncias que desequilibram de maneira estrutural o desenvolvimento e a qualidade de vida no mundo. Aplicamo-os aqui ao espaço da cidade. A primeira instância destacada por Dowbor é a dinâmica ambiental, a segunda é a questão da desigualdade e a terceira, a transformação do capital produtivo em patrimônio financeiro. “O ponto fundamental é que não é a falta de recursos financeiros que gera as dificuldades atuais, mas a sua apropriação

por corporações financeiras que os usam para especular em vez de investir” (DOWBOR, 2017, p. 32). Esse novo regime de acumulação caracterizado pela flexibilização perpassa as esferas da produção, da comunicação e do consumo. Isso se dá pela velocidade circulatória dos fluxos, conexões e redes.

Quando Ferrara (2008) analisa a cidade como meio, mídia e mediação, ela o faz por meio de (i) seu espaço construído, ou seja, a arquitetura da cidade; (ii) seu espaço simbólico, ou seja, sua imagem mimética constituída pela mídia; e (iii) seu espaço vivido, isto é, considerando suas características urbanísticas e funcionais aliadas à dimensão comunicativa. Dessa relação surge uma mediação possível que surpreende “pelas imponderáveis e inesperadas manifestações de vida que vão muito além da simples intenção midiática” (FERRARA, 2008, p. 41). É disso que trata a urbanidade. A emergência de uma crise como a que vivenciamos na pandemia aponta para um confronto comunicativo. Tal confronto acontece no espaço urbano. Ainda que o olhar desta imagem da cidade produzida digitalmente seja conduzido por elaborados cálculos algorítmicos, essa programação encontra no espaço urbano seu apoio, mas não se localiza nos valores do tempo. Estamos tratando de um espaço sem tempo e, por isso, fictício: “um espaço possível mas não real” (FERRARA, 2013, p. 42). São espaços construídos e destruídos por meio das tecnologias operadas nos sistemas dos oligopólios denominados *Big Techs* e ao sabor dos interesses de mercados como o imobiliário ou o turístico, bem como pelas estratégias publicitárias que lhe dão sustento.

Ao refletirmos sobre as limitações impostas pelos riscos (BECK, 2011) em que a imprevisibilidade e magnitude que caracterizam as catástrofes (sejam naturais ou políticas) e as incertezas e medos que elas produzem, destacamos seus desdobramentos nas relações comunicativas que se constituem no espaço urbano. Nestas, identificamos algumas pistas para pensarmos sobre um desafio que não seria mais econômico, mas, a nosso ver, civilizatório. Ao mesmo tempo em que a produção e distribuição dos recursos promove desigualdade tanto no acesso quanto no consumo; as consequências dessas ações tais como os riscos que a cadeia de produção, distribuição e consumo acarretam, promovem igualdade nas condições de vulnerabilidade.

Assim, o global pode ser pensado como a realidade cosmopolizada (BECK, 2018, p. 21) que não está apenas “lá fora”, mas constitui a realidade estratégica vivida por todos. É, portanto, esse enquadramento cosmopolita^[1] que torna a ação local bem-sucedida. E isso inclui o corpo, a comunicação e os vínculos.

COMUNICAÇÃO E VÍNCULO SOCIAL

O simples fato de estarmos conectados em rede não garante que estejamos nos comunicando, nem estreitando nossos vínculos sociais. Conforme ensina Muniz Sodré (2014), comunicar significa tornar comum, sendo a comunicação elemento central na consolidação do indispensável vínculo social.

Originariamente comunicar - “agir em comum” ou “deixar agir o comum” - significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo. Assim como a biologia descreve vasos *comunicantes* ou a arquitetura prevê espaços *comunicantes*, os seres humanos são *comunicantes*, não porque falam (atributo consequente ao sistema linguístico), mas porque relacionam ou organizam mediações simbólicas - de modo consciente ou inconsciente de um comum a ser partilhado. (Muniz Sodré, 2014, p. 9).

O autor consagra como objeto do campo da comunicação a vinculação humana comunitária, que hoje se dá no âmbito mais geral, aquele estabelecido pela mídia. Isto significa enfatizar que vínculo e relação são coisas distintas. Como esclarece Muniz Sodré, a mídia é relacional ao passo que a comunicação é vinculativa. O *comum* da comunicação está relacionado à ideia de comunidade e, portanto, comunicar deve ser entendido como um ato eminentemente político. Esta reflexão coloca em xeque a própria produção de conhecimento: para quem se destina o conhecimento? Para que serve o progresso científico?

O entendimento da comunicação como a *ciência do comum* (SODRÉ, 2014) nos fornece pistas para a crucial diferenciação entre comunicação e informação que, no contemporâneo, apresentam-se muitas vezes como sinônimos. Tal confusão se deve, em parte, às transformações do sistema produtivo que levaram ao capitalismo informacional postulado por Dowbor (2020). Essa nova ordem econômica e sociotécnica tem nos fluxos informacionais a sua principal forma organizativa. Em outras palavras, conforme argumentam os autores acima citados, o princípio de organização do comum humano passaria agora por uma reinterpretação dada pelos sistemas midiáticos e informacionais com base na tecnologia eletrônica.

Entendida como apropriação de bens e valores comuns criados no quadro da historicidade democrática, a cidadania prevê um vínculo associativo para além da produção contemporânea mediatizada e informacional. Pressupõe uma vinculação humana constituída a partir das relações de afeição, amizade, familiaridade, lealdade etc. Nesta perspectiva, o social deixa de ser qualificado por capacidade de consumo e passa a ser entendido como corpo político e a cidade se torna matéria prima indissociável do que podemos conceber como uma comunicação cidadã^[2] (PAIVA, SODRÉ, 2017) no espaço urbano mediatizado.

Mas seria este o fim da experiência urbana como a conhecemos? Segundo Ferrara (2013) os meios eletrônicos de informação geram um espaço urbano deslocado. É justamente esse

deslocamento operado com a supressão do espaço e do tempo que transforma o ambiente urbano em imagem. “A tatilidade é substituída pelo olhar que, porém, não está livre e à vontade, mas programado a distância” (FERRARA, 2013, p. 42). Outra característica que reforça esse deslocamento é a ideia de um espaço sem tempo, hipótese que pressupõe um espaço possível, mas cada vez menos real. Um espaço que podemos programar visualmente, porém sem criar vínculos. Seria um espaço desprovido de história pois surge e desaparece ao sabor dos interesses comerciais.

Inferimos, portanto, que o capitalismo financeiro globalizado constitui hoje um elemento central no desenvolvimento das cidades. Dowbor (2017) aponta para uma economia globalizada em que corporações transnacionais e gigantes operam em escala mundial, enquanto governos continuam sendo em grande parte nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos financeiros. Beck (2018) ultrapassa essa ideia binária e coloca tanto o local quanto o global em perspectiva, ao afirmar que tanto os efeitos colaterais negativos dos bens (economia capitalista) quanto os efeitos colaterais positivos dos males (movimento ambientalista) produzem horizontes normativos de bens comuns e nos impelem para uma perspectiva cosmopolita. Isto significa uma mudança extraordinária de “visão de mundo”, algo que o autor denomina como “metamorfose”. A imagem do mundo contemporâneo, ou o modo como os sujeitos apreendem o mundo mudou e por isso, embora organismos transnacionais e intergovernamentais como a Organização das Nações Unidas possam gerir, por meio da cooperação internacional, um documento em que se promove os objetivos para o desenvolvimento mundial sustentável (ODS), são os movimentos coletivos interconectados mundialmente que estão rompendo fronteiras e renegociando espaços de ação política.

Com base em um plano de longo prazo, a Agenda 2030 (ONU) ambiciona para todos os países membros garantir o acesso de toda a população à habitação segura, adequada e a preço acessível, além de promover a mobilidade por meio de acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis. De forma complementar, as metas contemplam aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países. Sem contar a salvaguarda do patrimônio cultural e natural do mundo, reduzir o número de pessoas afetadas por catástrofe, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades e proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes.

Termos como “acessível”, “seguro”, “inclusivo” e “sustentável” são chaves de leitura para que possamos compreender as indicações de um cenário global renovado. Não obstante, por se tratar de um objetivo ao mesmo tempo interdisciplinar e hiperlocal, o maior desafio para a sua implementação está em descobrir os indicadores de cada cidade para saber quais são as metas que precisam ser reforçadas. Diante das dificuldades, o “espaço de ação cosmopolita”^[3], conforme teorizado por Beck (2018), nos permite refletir sobre a “imagem do mundo” que queremos a

partir dos parâmetros existenciais da atividade social. Sendo assim, os espaços cosmopolizados podem ser compreendidos como não institucionalizados num enquadramento nacional. “Eles são *não* integrados, *não* limitados e *não* exclusivos” (BECK, 2018, p. 26, grifos do autor).

É neste cenário que, expandida pelas tecnologias da informação e comunicação, experiência da/na cidade se desloca da produção para o consumo. Falar dessa maneira é considerar não apenas que os valores dominantes em nossa sociedade são hoje organizados por meio das práticas de consumo, mas que também derivam delas. A predominância do consumo formata práticas e identidades sociais, bem como ideias e valores, conseqüentemente, estruturas e cultura contemporânea. A passagem de ênfase da produção para o consumo deixa de ter relação com a centralidade política e passa a ser fomentada pelas estratégias de tecnologia, ciências e negócios.

Assim, ao pensar sobre a comunicação e os vínculos sociais no espaço urbano contemporâneo nos submetemos a uma discussão entre a “centralidade” do mundo capitalista e a suas “periferias”. Isto porque o conceito de “metamorfose” (Beck, 2018) emerge dos efeitos colaterais das sociedades industriais nacionalmente organizadas. Em culturas em que a industrialização aconteceu tardiamente, como é o caso brasileiro, esses efeitos colaterais são frutos de sociedades industriais globalmente organizadas.

METAMORFOSE DO ESPAÇO URBANO

A experiência urbana contemporânea requer sensibilidade e cognição renovadas para captar a paisagem da cidade e suas dinâmicas. Mais do que deslocado, o espaço urbano contemporâneo, imerso na tecnologia digital, transforma-se em invisível. “Altera-se a compreensão do domínio público pela omissão de seu espaço que, agora, não se desloca, porque é virtual, mas simplesmente acena como informação a ser processada” (FERRARA, 2013, p. 44-45).

Guilherme Wisnik (2018) destaca a “nuvem” como metáfora contemporânea para designar um hiperespaço global da comunicação ininterrupta, ambiente profundamente imersivo e todo mediado por dispositivos tecnológicos de uso cotidiano. Neste cenário, o celular emerge como mediação total, um controle remoto de espaços interativos. A urbanidade passa a ser construída pela informação ininterrupta. Fronteiras reais e simbólicas são derrubadas e (re)construídas ao sabor das interações midiaticizadas.

As transformações do ambiente digital e as apropriações práticas das possibilidades de comunicação trouxeram novos trânsitos entre o público e o privado. Delineado anteriormente

pelos meios de comunicação de massa, o espaço urbano migrou para configurações midiáticas menos especializadas e mais virtuais. Esse cenário digital também se constitui em decorrência da transformação do capitalismo em financeiro e informacional. Nestes termos, as redes sociais amplificaram movimentos regidos entre seus usuários, viabilizando justas e importantes reivindicações como é o caso dos movimentos ambientalistas e dos direitos humanos. Por outro lado, as redes também multiplicaram *fake news*, difamações, atrapalhando a democracia e confundindo o debate público.

Torna-se particularmente importante destacar o papel da comunicação no processo de produção e compartilhamento de significados e de troca de informações que resultaram em movimentos sociais como, por exemplo, o *Occupy Wall Street*^[4] e a ocupação de espaços públicos por milhares de manifestantes em 2013. Autores como Castells (2013) atentam para a constituição de uma comunicação autônoma como a essência desses movimentos sociais que buscam contestar o poder institucional em oposição às atividades conservadoras e antidemocráticas estimuladas por Estados monopolizadores da violência.

No cenário contemporâneo em que uma crise econômica e política associada a uma crise sanitária e ambiental sem precedentes se avolumava em escala planetária, associativismo e tecnologia se encontravam fragmentados. A racionalidade neoliberal que estimulou o novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e promoveu a cidade por projeto, que é a cidade baseada na atividade de mediação posta em prática na formação das redes, alterou profundamente a organização social. Nesta configuração, tivemos a transformação do consumo em acesso a bens e serviços. No entanto, sabemos que embora importante o acesso por si só não garante a participação plena e democrática na geração de conhecimento e nem na organização da vida pública.

Atravessada por fluxos de imagens e dígitos, a cidade midiaticizada reinterpreta continuamente com novos suportes tecnológicos as representações do real (SODRÉ, 2014). Neste cenário, movimentos cooperativos mundiais como é o caso da COP-27 (Conferência do Clima da ONU, 2022) despontam como um alerta para a crise ambiental que pressagia eventos climáticos extremos em todo o planeta, além de uma crise de energia impulsionada pela guerra da Ucrânia^[5]. Em outras palavras, o mundo não está fazendo o suficiente para combater as emissões de carbono e proteger o futuro do planeta. O termo "mundo" denota o quanto estamos interligados. Durante o evento, que acontece anualmente, os países membros (193) se comprometeriam a apresentar seus planos nacionais atualizados com metas e compromissos. Mas a distância entre o planejamento e a implementação é grande.

O desafio é especificar de que forma as nações devem medir suas emissões de gases de efeito estufa que geram as mudanças climáticas, de forma prática para que haja igualdade de

condições para todos. A mitigação desses eventos pode significar o uso de novas tecnologias e fontes de energia renováveis ou, ainda, a mudança nas práticas de gestão e no comportamento do consumidor. Isto porque os efeitos variam de acordo com a localização. Mais uma vez, local e global aparecem imbricados.

Não obstante, a reprodução social dos mesmos padrões e dualismos – homem e natureza, urbano e rural, local e global – se distancia da ideia de metamorfose na medida em que se permite fazer prognósticos futuros. A sociedade cosmopolita e de risco global se orienta para um futuro desconhecido e incognoscível. Essa forma histórica sem precedentes de mudança global, envolvendo dois níveis: o macronível do mundo e o micronível da vida cotidiana, é o que Beck (2018) denomina como metamorfose. Nestes termos, retomamos a ideia do tempo como elemento decisivo para pensarmos as (re)configurações dos vínculos sociais em um ambiente urbano alterado pelas crises, com suas eventuais possibilidades transformadoras.

Milton Santos (2002) aborda a paisagem urbana como acumulação de tempos desiguais. A sociedade contemporânea vive sob a obsessão do tempo e embora a tecnologia apregoe uma simplificação generalizada das atividades e uma mobilidade sem limites, isso não significou mais tempo. Todo o tempo ganho com a automação dos processos produtivos é gasto com a geração em massa de dados que alimentam a nova economia informacional. “O império do tempo é muito grande sobre nós, mas é, sobre nós, diferentemente estabelecido” (Santos, 2002, p. 22). Quando o tempo aparece como havendo dissolvido o espaço, “o espaço impede que o tempo se dissolva e o qualifica de maneira extremamente diversa para cada ator”. (id.ib.). A instantaneidade, as supressões do tempo e do espaço alteraram a percepção dos lugares da cidade

Byung-Chul Han (2017, p. 128) alertava que todas as relações humanas vinham sendo transformadas em relações comerciais pelo hipercapitalismo. Assim, “a proliferação e massificação das coisas expulsa o vazio. As coisas superpovoam céu e terra. Esse universo-mercadoria não é mais apropriado para se morar”. Desde algumas décadas, a comunicação digital, fruto da tecnologia, vinha exacerbando o caráter monetário das trocas pessoais. As casas e os olhos humanos ficaram povoados por telas. E nas telas tudo se transforma em mercadoria. A atenção dedicada a uma notícia ou a uma busca é imediatamente monetizada. Parece que não há maneira de escapar desses circuitos de retroalimentação. Espaço e tempo foram modificados. No entanto, talvez seja possível que esse tempo da experiência limitada indique aberturas para novos usos possíveis do espaço urbano após a reclusão forçada pela pandemia. Poder trabalhar e ter mais liberdade para dividir o turno laboral – que alguns conseguiram – seria um estímulo para repensar como as ruas, o quarteirão, o bairro poderiam ser melhor vivenciados.

A metamorfose do mundo enseja orientar o olhar para as condições globais que alteram o nosso cotidiano, enquanto as condições locais influenciam as decisões globais. Cabe contestar

as verdades mais profundas do ideal de Estado-nação. A crise sanitária recente demonstrou que há viabilidade de se pensar em jornadas laborais diárias de quatro ou cinco horas, o que possibilitaria aos trabalhadores disponibilidade de tempo para a família, para estudo, esporte, lazer, vivências comunitárias, dentre outras. Somente em condição de metamorfose, podemos pensar que se a jornada reduzida fosse de fato instituída, todas as condições de vida na cidade seriam revolucionadas: transporte, saúde, moradia, educação, alimentação, arte. Mais tempo para se dedicar às outras e diversas prioridades. Mudar as relações temporais da vida de cada pessoa tornaria as cidades mais humanas e solidárias. Isso se estenderia para as questões ambientais, uma vez que os espaços da cidade poderiam ser ressignificados a favor de uma nova ética planetária que submeteria os interesses econômicos e comerciais aos interesses sociais e à vida do/no planeta.

■ À GUIA DE CONCLUSÃO

Retomando a reflexão com a qual iniciamos este artigo, se o triunfo da cidade se dá pela possibilidade do encontro na rica densidade dos circuitos urbanos, a emergência de crises em escala planetária reconfigura sobremaneira as relações comunicativas e os vínculos sociais nos espaços urbanos contemporâneos. Quando a iminência de pandemias, catástrofes ambientais, guerras e ataques à democracia e aos direitos humanos assolam o planeta, pouco resta da outrora estimulante atmosfera propícia aos encontros criativos no espaço urbano que teriam feito triunfar as cidades contemporâneas.

Estamos diante de situações que afetam o mundo, ainda que de formas e em tempos diferentes. Por isso temos uma abundância de agendas mundiais que se apresentam como linhas-guia para um futuro inclusivo, acessível e sustentável. Entretanto, a metamorfose do mundo não está confinada ao centro político de um regime global democraticamente legitimado. Ao contrário, ela emerge da simultaneidade entre local, regional, nacional e global. Subverte não apenas a ordem nacional, mas, de maneira imperceptível e não intencional, também a ordem mundial. Emanada de estruturas econômicas e sociais informais, aceleradas pelas novas dinâmicas informacionais e de comunicação digital.

Ainda que estejamos imersos em formas globais de desigualdades e relações de poder assimétricas, depreendemos que a cosmopolitização dos recursos – tornados universais em termos institucionais e jurídicos – possibilitam a criação de espaços democráticos de ação locais.

Um cenário que viabilizaria, por exemplo, vislumbrar uma cidade baseada na vida comunitária, e não apenas para homens, carros e mercadorias. Esta é uma das propostas do Urbanismo Feminista^[6] em uma franca tentativa de repensar os espaços domésticos, comunitários e públicos a partir da diversidade. O coletivo visa a uma transformação feminista da sociedade a partir do espaço urbano. Além da desigualdade, ressaltam que o confinamento escancarou a importância do trabalho de cuidado na vida urbana. Trata-se de algo que geralmente pesa sobre ombros femininos e periféricos. Colocar a vida no centro leva, necessariamente, a repensar as lógicas das redes interativas e vinculativas que podemos valorizar e fortalecer.

E se pudéssemos pensar na mudança da rotina na cidade facilitada pelo poder público e apoiada por moradores? É o caso dos *jardins de chuva*^[7], uma iniciativa da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, que teve adesão e participação popular. Trata-se de uma solução considerada simples por especialistas, mas que oferece inúmeros benefícios. Os jardins de chuva absorvem, retêm e ajudam a limpar a água das chuvas e, ao mesmo tempo, melhoram a qualidade de vida nas cidades com a diminuição de alagamentos e maior oferta de espaços verdes.

Como conclusão forçosamente parcial e provisória da discussão aqui proposta, já é tempo de trabalharmos na geração de outros modos de ordenamento simbólico do mundo como alternativas aos implacáveis ditames do *bios midiático*. Uma tal alternativa seria pautada em outra lógica, a de um mundo metamórfico mais conducente ao vínculo social constituído pelas práticas cotidianas do agir em comum em prol da sobrevivência da vida no/do planeta. Sendo a comunicação entendida como uma forma de organização das relações sociais, é imperioso deixar-se organizar pela dimensão constituinte do encontro no espaço coletivo das relações comunicacionais que tecem afetos, linguagens e territórios.

REFERÊNCIAS:

- BECK, U.; SZNAIDER, N. Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda. **The British Journal of Sociology**, v. 61, Issue s1, January 2010, p. 381-403.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
- _____. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DOWBOR, L. **O capital se desloca: novas arquiteturas sociais?** São Paulo: Sesc SP, 2020.

_____. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população mundial?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FERRARA, L. A. Cidade: meio, mídia e mediação. **Matrizes**, São Paulo, ECA/USP, n. 2, abr. 2008, p. 39-53.

_____. O espaço público como meio comunicativo. In.: COSTA, C.; BUTTONI, D. S. (org). **A cidade e a imagem**. Jundiaí, SP: Ed. in House, 2013, p. 35-49.

GLAESER, E. **O triunfo da cidade**. São Paulo: BEI Comunicação, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**, 2021.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 20.dez.2022.

ONU. Nova Agenda Urbana (NAU, 2016). **H-III**. Disponível em: <<https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>>. Acesso em: 20.dez.2022.

ONU. **Agenda 2030**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20.dez.2022.

ONU. **COP27**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voce-precisa-saber-sobre-conferencia-do-clima-da-onu>>. Acesso em 20.dez.2022.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. Cidadania, Mídia e Direitos Sociais. **Anais** do XXXVI Encontro Anual da Compós, São Paulo: jun/2017.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, Campinas, SBPC, vol. 54, n. 2, São Paulo: out/dez 2002.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WISNIK, G. **Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporânea**. São Paulo: Ubu, 2018.

-
- [1] Beck distingue cosmopolitização de globalização: o primeiro se manifesta de “dentro para fora”, o segundo acontece “de fora para dentro”.
- [2] Os autores (Paiva e Sodré, 2017, p. 09) cotejam a comunicação cidadã como a disposição e a possibilidade de um jornalismo construtivo, “um tipo de jornalismo articulado com um novo modelo de expansão dos direitos sociais”.
- [3] Em seus estudos, Beck (2018) também trata de “espaços de recursos cosmopolitas para a ação”, entendendo os recursos cosmopolitas como não exclusivos no sentido daqueles em que somente os poderosos atores econômicos, políticos e militares podem lançar mão.
- [4] Occupy Wall Street surpreendeu por ser um protesto sem líderes contra a corrupção e a avareza do sistema financeiro, que se foi ramificando para outras cidades dos Estados Unidos e da Europa de maneira inesperada. Mais informações em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/513696-movimento-occupy-wall-street-faz-um-ano-protestando>>. Acesso em 20/12/2022.
- [5] Conflito entre Rússia e Ucrânia que teve início em fevereiro de 2022. Ver mais em: <https://www.dw.com/pt-br/rússia-e-ucrânia-a-cronologia-do-conflito/a-60245938> Acesso em: 20/12/2022.
- [6] Site: <https://www.punt6.org> .Acesso em: 20/12/2022.
- [7] Prefeitura Rio. Jardim de Chuva de Copacabana ganha equipamentos especiais para monitoramento de drenagem. 20/08/2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3WH3hoW> >. Acesso em: 20/12/2022.